

# ETNOGRAFIA, GÊNERO E PODER: ANTROPOLOGIA FEMINISTA EM AÇÃO

*Alinne de Lima Bonetti*<sup>1</sup>

## RESUMO

Do contato com o vasto e multidisciplinar campo da teoria feminista surgiu a necessidade de compreender quais seriam as contribuições e as especificidades da Antropologia para o desenvolvimento desse campo. Foi assim que se possibilitou o encontro com uma certa Antropologia Feminista, caracterizada pelo grande apego à etnografia e à reflexão acerca do poder. Esta vertente teórico-metodológica foi a base para a pesquisa etnográfica sobre o campo político feminista e o ativismo feminino popular contemporâneo em Recife-PE. A partir de alguns dados etnográficos da referida pesquisa, neste texto busca-se demonstrar o que se entende por Antropologia Feminista, bem como refletir sobre a sua rentabilidade analítico-teórica e os desafios em que implica. Conclui-se esta reflexão problematizando-se a viabilidade dessa vertente disciplinar no Brasil.

**Palavras-chave:** Antropologia feminista. Etnografia. Gênero. Poder.

## ETHNOGRAPHY, GENDER AND POWER: FEMINIST ANTHROPOLOGY IN ACTION

### ABSTRACT

From the contact with the vast and multidisciplinary field of feminist theory came the need to understand what would be the specific contribution of anthropology to the development of this field. This gave rise to Feminist Anthropology, which

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (PNPD) do Ipea. Doutora em Ciências Sociais, ênfase em Estudos de Gênero, pela Unicamp. End. eletrônico: alinne.bonetti@gmail.com

is characterized by its great commitment to ethnography and its reflection on power. This theoretical and methodological model was the basis for ethnographic research on the feminist political field and contemporary popular female activism in Recife, Pernambuco. Based on ethnographic data from this research project, this paper aims to demonstrate what is meant by Feminist Anthropology, as well as to reflect on its analytical and theoretical advantages and the challenges it entails. We conclude this discussion by questioning the viability of this model in Brazil.

**Keywords:** Feminist anthropology. Ethnography. Gender. Power.

### DA ANTROPOLOGIA FEMINISTA: GÊNERO E PODER

**E**m um texto já antigo, mas não menos importante, Marilyn Strathern (1987), renomada antropóloga inglesa, qualifica a relação entre o feminismo e a antropologia como uma *awkward relationship*, algo que pode ser entendido como uma relação incômoda, desconfortável ou até mesmo embaraçosa. Ela chega a essa conclusão por identificar, num e noutra, visões inconciliáveis sobre o mundo social: enquanto um quer denunciar e transformar a realidade social, a outra quer compreendê-la. Será que são, assim, tão inconciliáveis? A própria autora, noutro lugar, aponta que viveu a explosão feminista como um imenso desafio teórico à sua produção acadêmica, a ponto de atribuir o seu, já clássico, *Gender of The Gift* (STRATHERN, 1990) a uma triangulação entre teoria antropológica, etnografia e produção feminista (STRATHERN, 1999).

Das reflexões suscitadas por Strathern surgem algumas questões. Qual seria a particularidade da Antropologia feminista tanto no campo das teorias feministas quanto no campo antropológico? Como seria uma etnografia produzida sob a sua égide? Existiria uma antropologia feminista genuinamente brasileira? Longe de formular respostas acabadas para cada uma das questões, o desafio auto-imposto neste texto é o de defender a possibilidade de uma Antropologia feminista e de demonstrar, empiricamente, as suas potencialidades a partir dos dados oriundos da pesquisa etnográfica realizada em Recife/PE, no período de outubro de 2004 a julho de 2005, sobre gênero e poder no campo político feminista local e o ativismo feminino popular.

Como ponto de partida, há que situar, mesmo que brevemente, o que se entende aqui por Antropologia feminista<sup>2</sup>. Trata-se de um campo muito

---

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento, ver Bonetti (2007a e 2007b).

desenvolvido na Antropologia estadunidense, com associação e orçamentos próprios, que promove prêmios, concursos para dotações de pesquisas nessa área, e mantém jornal eletrônico mensal. Ou seja, há uma política de incentivo à adesão e ao desenvolvimento da temática<sup>3</sup>. Em sendo assim, a história e o desenvolvimento dessa área da disciplina antropológica tem como forte marca de origem a Antropologia estadunidense.

Tributária das mobilizações feministas da década de 1970, a então chamada Antropologia da Mulher teve origem no questionamento feminista acerca do lugar destinado às mulheres nas produções etnográficas: de sub-representação, silenciamento e invisibilidade. Antropólogas questionavam como era possível construir algum conhecimento etnográfico sem as mulheres. Assim, pode-se dizer que essa vertente da disciplina antropológica nasceu de uma crítica de cunho epistemológico à Antropologia enquanto área de conhecimento. Com intuito mais didático do que necessariamente retratador da realidade, desde o seu início até agora, podem-se identificar diferentes fases ou ênfases no seu desenvolvimento histórico.

A fase inicial pode ser caracterizada como a de teorização sobre a opressão feminina, que assumia um caráter universal, de acordo com a formulação das questões norteadoras das pesquisas de então. Uma das características mais predominantes das produções dessa fase pode ser encerrada na ideia de que as pesquisas e análises buscavam pelas vítimas oprimidas de cada sociedade, bem como pela forma através da qual essa opressão se manifestava. As duas antologias pioneiras, que foram responsáveis pelo estabelecimento da Antropologia Feminista, são *Woman, culture and society* organizada por Michelle Rosaldo e Louisie Lamphere e *Toward an anthropology of women*, organizada por Rayna Rapp (BEHAR, 1993). Deve-se destacar que talvez a primeira goze de maior popularidade na Antropologia brasileira por contar com uma tradução para o português.

Outra fase pode ser identificada a partir do revisionismo crítico à pressuposição da opressão universal. O enfoque passa a ser sobre como cada sociedade organiza os seus sistemas de valores de gênero e como tais sistemas implicam ou não em estruturas de desigualdade. Nota-se a crucialidade que a pesquisa etnográfica ganhou nessa viragem crítica da Antropologia feminista. Essa

---

<sup>3</sup> Ver o sítio da associação de antropologia feminista (<http://www.aaanet.org/sections/afa/>). Cabe destacar que o desenvolvimento da relação entre antropologia e feminismo na França, outro país referência para a Antropologia brasileira, teve outros rumos, não redundando na criação de uma área de concentração dentro da disciplina (ver Corrêa, 2003).

centralidade se deve ao fato de que a etnografia permite revelar as complexidades das experiências culturais relativas à categoria gênero, as variações de sentidos que lhe são atribuídos, bem como os contrastes entre convenções constitutivas de repertórios de gênero e as variadas formas como eles são vivenciados e resignificados. Assim, nessa fase, os pontos de partida orientadores das pesquisas etnográficas passaram a ser as intrincadas relações entre convenções e práticas, as quais apontavam para a desontologização do gênero e para o desempenho dos seus atributos (MOORE, 1994).

Já uma terceira fase, que parece ainda em devir, origina-se de uma radicalização dessa anterior ao tomar a interseccionalidade das categorias gênero e poder como pervasiva e constitutiva do mundo social. Partindo-se desses pressupostos, o grande desafio posto à Antropologia feminista contemporânea é, como sugere Ono (2003), a possibilidade de se constituir prescindindo das mulheres como o seu objeto, essa categoria ao mesmo tempo empírica, sociológica e analítica que é um dos maiores patrimônios políticos feminista (CORRÊA e VIANNA, 2007). E aqui está um dos grandes paradoxos e dificuldades desse campo antropológico: o próprio adjetivo feminista que, no imaginário ocidental, remete diretamente à categoria empírica mulher.

Essa adesão imediata ao fenomenológico, a partir da equação feminismo = luta política das e pelas mulheres, dificulta imensamente o esforço analítico-argumentativo de aprofundar e radicalizar a revolução epistemológica em potencial da Antropologia feminista ao se dissociar da categoria empírica mulher e se fundir com a categoria analítico-epistemológica gênero. Nessa vertente, o adjetivo feminista, modificador do substantivo Antropologia, implica na “reestruturação ou subversão das estruturas de poder em algum nível” (ONO, 2003, p. 04). Subversão que se associa ao desafio crítico às formas de produção de conhecimento estabelecidas, de uma possibilidade de redefinição dos caminhos a serem seguidos e da expansão dos temas a serem estudados.

Através da sua imaginação criativa e da sua crítica, essa vertente da disciplina antropológica tem um grande potencial inovador e está calcada numa produção etnográfica especialmente crítica, que parte da compreensão da combinação entre contextos, situações e produção de sentidos (ATKINSON, 1982) e das alteridades constituídas por distintos marcadores sociais que interagem, como o de gênero na sua intersecção com o poder.

Essa perspectiva da Antropologia feminista, tal qual a entendo, combina-se com uma proposta teórica voltada para a apreensão das relações de poder,

das práticas e da agência humana, nos termos propostos por Ortner (1996) quando estabelece uma “teoria da prática, feminista, das minorias, pós-colonial e subalterna”. A antropóloga propõe um modelo de Teoria da Prática que, ao incorporar a agência humana, por suas formas serem sempre construídas cultural e politicamente, traz as relações e práticas de poder para o centro das análises<sup>4</sup>. Para ela tais relações, na mesma medida em que tendem a ser reproduzidas, podem também ser mudadas por meio da prática. Na sua perspectiva, o gênero ganha uma importância crucial porque “é, ele próprio, um sistema de prestígio – um sistema de discursos e práticas que constroem masculinidades e feminilidades não somente em termos de papéis diferenciais e significados, mas também em termos de valor diferencial, prestígio diferencial” (ORTNER, 1996, p.143). Gênero, como um sistema de prestígio, atravessa, portanto, o contexto, a agência e as práticas de poder.

Além disso, a ênfase no poder nessa proposta teórico-analítica assume múltiplas facetas que devem ser levadas em conta, seja na postura do/a antropólogo/a em campo, na sua relação com a comunidade acadêmica da qual faz parte, nas relações que constituem o universo pesquisado; seja como objeto, ele mesmo, de investigação etnográfica. A noção de poder é incorporada como parte constituinte de todos os níveis da produção de conhecimento e se faz crucial dar visibilidade para as suas implicações.

Foram estes os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram a pesquisa etnográfica que realizei sobre gênero e poder no campo político-feminista e no ativismo feminino popular, em Recife/PE. Ao lançar esse olhar, especialmente crítico e escrutinador, para a formação das relações sociais daquele contexto mais amplo, tomando gênero e poder como constitutivos das formações sociais, cheguei à compreensão de que as relações sociais, lato senso, naquele campo político feminista se estabeleciam a partir de um sistema de distribuição desigual de prestígio e privilégios (ORTNER e WHITEHEAD, 1981). Esse sistema, por sua vez, pode ser compreendido fenomenologicamente a partir de duas categorias que se sobressaíram na etnografia: “capital de articulação política” e a “coragem”, aos quais voltarei mais adiante.

---

<sup>4</sup> Esta proposta parte da crítica que a autora faz ao modelo de Teoria da Prática de Pierre Bourdieu o qual, segundo ela, não dá o devido peso à agência humana e às relações e práticas de poder. Ortner (1996) exemplifica como práticas de poder “atos de dominação, controle, violência, exercícios de autoridade, performances de humilhação, raiva, impotência, dor, luta, resistência, revoluções” (p. 4).

A compreensão mais aprofundada, entretanto, dessa proposta analítica a partir da Antropologia feminista, tornar-se-á mais inteligível na medida em que avançarmos com os dados etnográficos. Para tanto, do contexto etnográfico estudado, que será em seguida apresentado, selecionei algumas situações em que diferentes sentidos são negociados, revelando as tramas mais profundas de poder e gênero que operam na constituição do que identifiquei como o sistema de distribuição desigual de prestígios e privilégios que marca o universo investigado.

## **A ANTROPOLOGIA FEMINISTA POSTA EM PRÁTICA: GÊNERO E PODER NO CAMPO POLÍTICO FEMINISTA DE RECIFE**

Quando rumei para o lócus eleito para a pesquisa etnográfica fui preocupada em compreender a militância das mulheres das camadas de baixa renda nas suas mais distintas dimensões: o que resultava da sua interface com os movimentos feministas e como a prática política pervadia o cotidiano das militantes (BONETTI, 2007b). Além disso, fui imbuída da busca por preencher uma lacuna deixada na literatura sobre esse ativismo político que, desde a década de 80, era explicado pela matriz da “maternidade militante”<sup>5</sup>. Tal modelo explicativo interpreta o engajamento dessas mulheres a partir da ênfase nos papéis que desempenham de mães e esposas. Tais papéis são, por sua vez, significados pelos atributos da abnegação, do altruísmo e do cuidado, associados a um determinado repertório de gênero ligado ao feminino.

No decorrer da pesquisa, ao me deparar com a multiplicidade de contextos produtores de relações e sentidos, tais como o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), os eventos promovidos pelo Movimento Feminista local, as reuniões políticas dos grupos de mulheres nas suas associações de origem, o cotidiano do próprio bairro em que viviam essas mulheres, fui percebendo que a contestação da categoria explicativa “maternidade militante” era apenas um dos planos analíticos que se me apresentavam. Havia algo a mais para ser analisado e

---

<sup>5</sup> O conceito “maternidade militante”, cunhado por Sonia Alvarez (1988), cientista política especialista em movimentos feministas latino-americanos em geral e brasileiros em particular, para descrever o ativismo político das mulheres das camadas urbanas de baixa renda em meados da década de 70 e início de 80. Ele é derivativo do conceito “supermadre”, inaugural no campo de estudos sobre mulher e política na América Latina, que foi criado por Elsa Chaney para descrever a experiência de mulheres latino-americanas eleitas para cargos públicos na década de 70, cuja presença na política era legitimada e explicada a partir da extensão de seus papéis de mães (RAKOWSKI, 2003).

desvendado: uma trama de gênero e poder mais ampla e profunda, que dotava de sentido aquele conjunto de contextos mais uniformemente. Assim, lançar um olhar a partir da Antropologia feminista é ir além, pois implica perceber como tais sentidos se originam, em que formação social estão situados, quais as suas condições de possibilidade.

## **O CONTEXTO**

Recife pode ser considerada a meca feminista nordestina contemporânea, dada a efervescência e a diversidade do campo feminista local, foco de grandes investimentos políticos e materiais, tanto governamentais (nas suas três esferas) quanto de agências de cooperação internacionais. Nessa diversidade há núcleos de força que podem ser facilmente compreendidos já na forma como se elabora, do ponto de vista local, a composição do FMPE, um dos mais antigos e consolidados do país, constituindo-se como um importante espaço de confluência do feminismo: *as ONGs feministas e as associações de mulheres de base*<sup>6</sup>. Embora homogeneizadora, essa rígida classificação dicotômica local não demora a fazer sentido no campo de pesquisa. Rápida e facilmente podemos identificar as organizações, grupos, associações que se enquadram em uma ou outra categoria. Dentre as *ONGs feministas* estão o Coletivo Mulher Vida, o SOS Corpo, o Instituto Papai, a Casa da Mulher do Nordeste, o grupo Loucas de Pedra Lilás, etc; e dentre as *associações de mulheres de base*, destacam-se a Associação Pernambucana de Mães Solteiras, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, a Associação Pró Mulher, o Grupo de Mulheres do Conselho de Moradores da Vila, entre outras.

Os grupos e organizações que pertencem à categoria das *ONGs feministas*, em geral, possuem uma boa infraestrutura, recursos materiais e simbólicos, acúmulo na reflexão feminista e grande produção na área. Dentre essas, aquelas que são as mais antigas e consolidadas encarnam a militância profissionalizada, com recursos, e o sujeito *feminista intelectual, que fala em conceitos*, referência que ouvia recorrentemente no campo. São paradigmas da militância bem-sucedida e servem de êmulo para pequenos grupos de mulheres do *meio popular*, que sonham em ter infra-estrutura igual, semelhante prestígio político e, quiçá, fazer parte dos seus quadros de funcionárias. Observava-se, junto a grupos de mulheres do movimento popular, uma forte disputa pelos seus apoios.

---

<sup>6</sup> Os fragmentos textuais, expressões e palavras grafadas em *itálico* ao longo do texto marcam a literalidade dos meus interlocutores e das minhas interlocutoras, como também palavras estrangeiras, de acordo com a convenção tradicional da língua portuguesa.

Atentando-se mais detalhadamente às diferentes intervenções das militantes oriundas das ONGs, em especial daquelas mais consolidadas, pode-se perceber alguns elementos que são importantes constituintes da sua práxis política: a produção de saberes, o estudo para a argumentação política e para o enfrentamento de debates, e a feitura de (sobretudo um *savoir faire*) articulações a fim de angariar apoios e construir alianças políticas. A ênfase na produção de conhecimentos aqui não é meramente casual, já que tem um valor inestimável no campo feminista em questão. *Ter conhecimentos* confere uma posição de distinção no campo, seja para grupos que possuem um notório saber seja para militantes em específico. Associado a esse referente está a habilidade para articular e construir alianças estratégicas. Todos esses elementos estão na base do que denomino “capital de articulação política”<sup>7</sup>, um importante recurso que organiza internamente o campo político feminista local.

Na observação etnográfica deparei-me com elaborações discursivas das militantes feministas oriundas das ONGs sobre a sua práxis que, segundo uma delas, pauta-se por *princípios democráticos tradicionais do feminismo como o respeito à autonomia, horizontalidade na participação e na construção do consenso na ação*. Tais princípios, no entanto, quando em ação, revelam a operação do sistema de distribuição desigual de prestígios e privilégios. As diferentes agentes que estão em relação no campo possuem posições simbólicas distintas, marcadas por valores que as distribuem desigualmente no campo (algumas representantes de ONGs mais antigas, consolidadas, outras neófitas no campo e outras, ainda, completamente estrangeiras no universo da práxis feminista, como as *mulheres de base*). Tal distribuição confere prestígios e privilégios distintos e define quem tem o poder de falar e, mais ainda, de ser escutada. Sendo assim, a própria ideia da horizontalidade passa a ter outra conotação, escondendo em si relações desiguais de poder.

É nesse contexto que a noção de articulação toma um sentido muito especial, crucial para a compreensão desse campo. Muito embora a prática da articulação

---

<sup>7</sup> A proposta teórica de Bourdieu (1989) sobre o espaço social e as posições relativas que os agentes nele ocupam é inspiradora para definir esse capital específico que dota de sentido o campo político feminista local. Segundo o autor, as posições dos agentes e as suas inter-relações no espaço social são definidas por um tipo de “capital” que predomina no campo em questão: “O capital (...) representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos (p.134)”.

seja corrente no campo político em geral, aqui ela assume uma conotação específica por engendrar a organização e a distribuição desigual do poder político local. É na atenção aos meandros do processo de atribuição de significados em ação à articulação e na identificação das posições prestigiosas de determinadas ONGs feministas locais que se chega ao “capital de articulação política”, constituído por elementos altamente valorizados localmente: a apropriação da história do feminismo, o *ter conhecimento*, seja associado ao estudo de base escolar, seja na constituição da experiência advinda do protagonismo histórico que algumas agentes têm nesse campo.

Outro elemento de fundamental importância desse capital está no acesso às redes de contato e à inserção junto a outros grupos, sejam eles locais, nacionais ou mesmo internacionais. São esses contatos que permitem o acesso a recursos e colocam Recife como um local de grande investimento de agências de cooperação internacional e que consagram o feminismo pernambucano como referência regional. O aporte aos recursos demonstra a detenção do “capital de articulação política”, ao mesmo tempo que o reforça. A detenção deste capital de articulação política por algumas agentes do campo feminista local revela o reconhecimento público do seu lugar de distinção no campo e lhes confere o privilégio de definição de pautas e bandeiras de luta, o que não as exime de conflitos e disputas.

Em relação ao atributo da coragem, elemento recorrente na pesquisa, ele é um importante traço que compõe o repertório simbólico do fazer político nesse campo, pervasivo às mais diferentes situações do contexto de pesquisa. Logo na chegada em campo, chamou a atenção o *slogan* de campanha à vereança de Olívia Lima, presidenta da Associação Pró Mulher<sup>8</sup>: *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. Nesse contexto político, pejado de conflitos, não basta ser uma mulher, há de se ser uma mulher corajosa. Outra formulação é de Amelinha, também interlocutora central da etnografia, ao louvar a sua própria força e combatividade em não ter esmorecido frente às inúmeras adversidades que enfrentou nas suas gestões no Conselho de Moradores da Vila em que vive. Segundo ela, para enfrentar

---

<sup>8</sup> Como o tema geral da pesquisa foi poder e gênero, e seu foco justamente os meandros das relações políticas, dado o caráter extremamente revelador do método etnográfico e com vistas a manter o princípio ético da proteção dos e das interlocutores/as da pesquisa, troquei os nomes das pessoas e de apenas três das entidades, com as quais pesquisei mais amiúde, que fazem parte da etnografia. Mesmo tendo a consciência de que, por um lado, não há a mínima possibilidade de controle dos usos e interpretações que as nossas pesquisas possam ter quando passam ao domínio público, e, por outro, o implacável caráter revelador do método etnográfico, tornando vãs as mais requintadas tentativas de manutenção do anonimato, acreditava ser um imperativo ético a sua busca.

as forças de oposição no campo político, *tem que se ter sangue no olho*. Ou ainda, quando Elvira ensina-me que, para se lograr sucesso nas disputas políticas no FMPE *bá que se colocar a arapiraca na mesa*, algo simbolicamente muito mais poderoso do que a conhecida expressão do meio político, a “de colocar o pau na mesa”. Assim, o atributo da coragem parece dotar de sentido uma determinada concepção de feminilidade que, de acordo com cada agente político em disputa na arena do FMPE, tem nuances diferenciadas. Essas diferenças revelam marcas singulares do fazer político e remetem às relações de poder que se estabelecem nesse contexto. Tal reclamação é recorrente dentre as participantes do FMPE, nas mais diversificadas situações, pois tais relações revelam como o prestígio ali se distribui e apontam, também, para as distintas alteridades em disputa. No entanto, *colocar a arapiraca na mesa* nem sempre garante o sucesso na disputa política; não há espaço para a sustentação da voz. No jogo relacional entre as alteridades, a *arapiraca* circula de acordo com a configuração de prestígio do campo político local. Vejamos duas situações desse contexto e os sentidos de gênero e poder que elaboram.

### *SITUAÇÃO I: A DISPUTA DE VAGAS PARA SEMINÁRIO DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRA*

Numa reunião do FMPE<sup>9</sup> teve lugar uma acirrada disputa para o preenchimento de oito vagas garantidas para as suas representações. O alvo da contenda era o prestigioso seminário promovido pela Articulação de Mulheres Brasileira (AMB) em comemoração de seu aniversário. A discussão para a distribuição das vagas foi coordenada pelas duas das três coordenadoras colegiadas do FMPE, presentes na reunião. Numa primeira rodada de candidaturas, o quadro para a ocupação das vagas ficou o seguinte: 1 feminista *independente*, 1 do Coletivo Mulher Vida, 3 do SOS Corpo, 1 da Associação Pernambucana de Mães Solteiras (APEMAS), 1 *jovem feminista*, 1 do Instituto Papai, e 1 do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Após a apresentação da lista começou um intenso debate em função dos critérios para o preenchimento das vagas. Uma das representantes do SOS Corpo, lembrou da ausência do grupo Loucas de Pedra Lilás, cujas ativistas sempre foram importantes fortalecedoras do FMPE e, por isso, deveriam ser lembradas. Uma das coordenadoras do FMPE contrargumentou

---

<sup>9</sup> A título de informação, no período da pesquisa, o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) era composto por em torno de 60 entidades e militantes *autônomas* e/ou *independentes* conforme classificação local, fonte de dissenso.

afirmando *não ser democrático* pensar nos grupos ausentes haja vista todas terem sido avisadas antecipadamente da pauta da reunião e da relevância da presença.

No meio da discussão, a representante do Sindicato das Domésticas foi saindo de fininho da reunião, não sem antes retirar o seu nome da lista das vagas. Uma militante *autônoma* recém-retornada ao FMPE pediu esclarecimentos sobre os critérios para a candidatura a uma vaga: é por representação ou por participação [no Fórum]? A coordenadora explicou-lhe que o critério adotado era o de participação. Sendo assim, ela se candidatou, argumentando que tinha vontade de participar do seminário, mas como havia recém-retornado para o Fórum, não se sentia em condições de ser representante. Foi quando outra ativista do SOS Corpo fez ponderações sobre as instituições que sempre estiveram no fortalecimento do FMPE e de quem seria importante garantir a presença. A ativista recém-retornada contestou, argumentando que lhe parecia estarem trabalhando com dois critérios distintos. Após muita discussão, a nova lista foi montada: 1 feminista *independente*, 1 do Coletivo Mulher Vida, 1 do SOS Corpo, 1 da APEMAS, 1 do Instituto Papai, e se reservaram 3 vagas para grupos ausentes, dentre os quais o grupo Loucas de Pedra Lilás.

Quando tudo parecia resolvido, a representante do Coletivo Mulher Vida se manifestou, dizendo que havia gente descontente com os critérios. A militante *autônoma* também se manifestou, salientando que *todo mundo já sabia previamente da relevância de se estar presente nessa reunião. E todas as que estavam ali potencialmente seriam capazes de ir ao seminário, arrematando: tem que consolidar quem está aqui hoje.* Uma das coordenadoras lhe respondeu que não existia o critério de presença no FMPE, que não era dessa maneira que o Fórum trabalhava. Uma das representantes do SOS Corpo interveio também e explicou: *é por situação de articulação política. Conforme a necessidade e cada situação, se a gente considera que determinada pessoa é mais adequada para a representação, a gente vai e liga. É o estilo de fazer política do Fórum, nesses dois anos que estou aqui, é assim que funciona. Não é uma instituição em si, o que vale é a articulação política. Os critérios são o de fazer acordos. Não sei se é certo ou errado, mas é assim que a gente trabalha.*

Como se pode perceber na situação acima descrita, por mais que se assevere uma horizontalidade nas decisões, o poder de tomá-las está apenas em algumas mãos. Levando-se em conta essa distribuição diferencial de prestígio e a postura de *colocar a arapiraca na mesa*, como um recurso do qual se lança mão em meio

à disputa política, seja algo recorrentemente utilizado nas reuniões do FMPE, nem sempre há espaço para a sustentação da voz e a garantia de alcançar o sucesso esperado. A discreta saída da representante do sindicato das domésticas da reunião parece indicar que a pluralidade de vozes (e presenças) que constituem a riqueza do campo discursivo feminista sintetizado no FMPE, aos poucos vai se tornando mais monofônica. Sentidos de gênero investidos de poder vão deslizando, escorregando em função dos contextos e das situações nele implicadas, e tensões são causadas pela introdução de outros marcadores sociais: raça, orientação sexual, sexo, classe. Comparamos esta situação com uma nova.

### *SITUAÇÃO II: A ORGANIZAÇÃO DA FESTA DAS DOMÉSTICAS*

O tema do trabalho doméstico parece ser fonte de grande preocupação das ativistas do FMPE de forma geral. No mês em que se comemora o Dia da Trabalhadora Doméstica<sup>10</sup>, o FMPE empenhou-se em apoiar a realização de atividades comemorativas. Na reunião do dia 07 de abril, esse foi um dos pontos da pauta de discussões. Uma das coordenadoras do FMPE abriu a reunião salientando que a intenção era a de o FMPE ajudar a organizar a proposta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas para as comemorações do dia 27 de abril. Contou que a coordenação do Fórum se reunira com algumas entidades como a Casa da Mulher do Nordeste, o SOS Corpo e com o próprio Sindicato e identificaram a necessidade de pensarem conjuntamente as atividades para o Dia da Doméstica. Logo em seguida, passou a palavra para as representantes do Sindicato presentes na reunião para a apresentação das propostas que tinham trazido.

Uma delas passou a relatar as atividades previstas, enquanto a coordenadora as anotava no quadro. Como falava em tom muito baixo, ouvia-se com dificuldade as ideias relatadas. A primeira atividade pensada foi para ser realizada no domingo seguinte, à tarde: uma reunião no espaço do Sindicato para discussão do modelo de contrato de trabalho. A representante apresentou também outras atividades mais políticas e, por último mencionou o desejo de realizarem uma atividade mais lúdica e festiva, no domingo que antecedia o dia da doméstica, mas que ainda não tinham nada fechado, nem local, nem formato, salientando que o espaço do Sindicato é muito ruim para festas. A outra coordenadora do FMPE, meio impaciente e sem escutar direito o que a representante do sindicato das domésticas dissera, interveio e passou a falar de um dos eventos políticos sugeridos de maneira

---

<sup>10</sup>O dia 27 de abril foi convencionado como o Dia da Trabalhadora Doméstica.

equivocada. Ficara evidente que ela não tinha escutado direito a ideia apresentada. A reunião, a esta altura, já estava meio confusa, com interrupções a todo o momento e debates paralelos sobre a necessidade de se convidar ou não a CUT para o evento, a despeito da negativa da doméstica. Para agilizar a organização, as coordenadoras do FMPE passaram a organizar a festa, o que parecia ser o ponto menos polêmico.

Para o local, aventavam várias possibilidades, como sedes de sindicatos que se localizam no centro da cidade, e consultavam a representante das domésticas, que mal se manifestava. Uma das coordenadoras sugeriu que fosse feito na sede do SOS Corpo, dirigindo-se em seguida a uma das suas representantes perguntando se era possível. Logo em seguida a coordenadora perguntou à representante do sindicato o que as domésticas achariam desse lugar. Esta lhe respondeu não ser um bom lugar porque era muito distante. Seria melhor no centro da cidade. As coordenadoras, entre si, ponderavam sobre o centro ser muito *esquisito* (eufemismo para perigoso) aos domingos. Decidiram pela sede do Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC), no centro da cidade. Sobre a atração para a festa, a coordenadora sugeriu voz e violão, tocando MPB. A representante do sindicato falara em apresentação de dança e algo para depois dançarem. A coordenadora insistiu na voz e violão, acabando por se decidir por essa atração.

Ao se analisar a situação apresentada, percebe-se que para as militantes oriundas das *ONGs feministas* as *mulheres de base* carecem, ainda, de agência, de voz, de autonomia e de capacidade propositiva. Segundo elas, é no contato e convívio do FMPE que essas mulheres de base *vão criando condições de autonomia e reflexividade*. A análise da organização da comemoração do dia da trabalhadora doméstica ajuda-nos a compreender, por um lado, o lugar que é destinado às *mulheres de base* no campo político feminista sintetizado no FMPE e, por outro, como elas se colocam nesse lugar e como o contestam, agindo nas brechas e nos bastidores das disputas locais e do *confronto das arapiracas*. As *feministas das ONGs* que tomaram para si a tarefa de organizar a festa, o fizeram a partir de um repertório de gostos e convenções alheios ao universo das donas da festa. A sugestão da voz e violão como a atração principal da festa se revelou uma sugestão canhestra e deslocada do repertório de escolhas das *mulheres de base*, mesmo tendo sido sugerida com a intenção genuína de animar a festa. Por mais estrangeiro que fosse ao seu universo de gostos e escolhas, essa sugestão não foi contestada pelas representantes do Sindicato presentes na reunião. Pelo contrário, a sugestão foi decidida e aparentemente acatada. No entanto, qual não foi a minha

surpresa ao encontrar no dia da festa, ao invés da voz e violão, um aparelho de som combalido tocando os ritmos mais apreciados nas periferias da cidade: brega e afoxé. Muito embora eu não tenha acompanhado os interstícios dessa mudança, e de como se deu a sua negociação, a própria descrição da situação nos dá indícios dela. Vejamos.

### CONTRASTANDO AS SITUAÇÕES

A distinção local entre *ONGs feministas* e *mulheres de base*, balizadora de posições, imprimiu uma forte característica no campo de pesquisa. Como se pode perceber, o recorte de classe, representado pelas *mulheres de base* tomadas de forma genérica, revela um dos mais produtivos embates entre alteridades e a dramatização das relações de poder dentro do FMPE. O antagonismo entre um nós *feministas* X elas *de base* reveste-se de inúmeros sentidos: o de ter ou não ter acesso a estudos (como recorrentemente surgiu em outras situações do contexto investigado), ter ou não recursos para a militância, em ter ou não voz, cujas combinações demonstram a dinâmica desses pares antagônicos.

Na distribuição do espaço para a manifestação das *arapiracas*, das que têm a sua voz escutada, as *mulheres de base* são identificadas, pelas suas mais diferentes Outras, como as mais silentes no campo. Por esse motivo, muitas se arvoram em ser suas porta-vozes. O silêncio é percebido (e ao que parece fonte de preocupação) pelas dirigentes do Fórum, no entanto, entendido de maneira limitada, sem levar em conta a dimensão simbólica da distribuição do poder de fala ali dentro, monopolizado por algumas mulheres.

Assim, para se compreender as relações de poder entre alteridades marcadas pela variável de classe, é preciso muito mais do que atentar para a relação de classe em si. Há que se fazer distinções analíticas mais refinadas e focar os interstícios das relações de poder e gênero vigentes nesse contexto. Há que se ter cuidado na análise para não se criar uma dicotomia fixa entre dominadas e dominadoras, arriscando-se a recair numa contraposição entre dois pólos antagônicos e fixos, tendo-se de um lado os viciosos e de outro, os virtuosos, retirando-se a possibilidade de agência dos sujeitos em questão. Entendendo o poder como uma força que circula (FOUCAULT, 1996) a depender das relações estabelecidas, de acordo com as situações e os sentidos negociados, o pleito aqui é o de situar a agência das *mulheres de base* num contexto mais amplo em que há uma distribuição desigual de forças.

Por meio dessas duas situações etnográficas em que diferentes sentidos de gênero e poder foram produzidos, negociados e reproduzidos, procurei revelar como o olhar especialmente crítico da Antropologia feminista e o seu objeto marcaram a minha pesquisa e análise. Ao finalizar, passo a apontar alguns desafios para a estabilização desse campo dentro da Antropologia brasileira.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO: OS DESAFIOS E AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DA ESTABILIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA FEMINISTA NO BRASIL**

Como procurei demonstrar, a perspectiva etnográfica oriunda da vertente crítica da Antropologia feminista adotada para a pesquisa realizada possibilitou identificar as convenções de gênero particulares que dotam de sentido as práticas políticas em embate, bem como os diferentes repertórios simbólicos que compõem o contexto político em questão e que nele se antagonizam. Possibilitou-me, assim, o desvendamento de novas potencialidades para a compreensão das práticas políticas feministas. Contudo, há alguns desafios a serem transpostos pela Antropologia feminista.

Um dos principais desafios parece-me ser a aceitação do caráter político do conhecimento. O adjetivo feminista remete a uma extrema politização e há uma resistência na academia brasileira à assunção de um caráter tão abertamente político. Concordo com Joan Scott (1992), para quem toda produção de conhecimento é política. Para que essa antropologia seja viável há, ainda, que se transpor certa resistência semelhante àquela que talvez esteja nas origens de uma tímida Antropologia Feminista brasileira, atribuída à situação de liminaridade em que se viam as antropólogas feministas face a uma dupla resistência de que eram alvo. Por um lado, essa resistência vinha do próprio movimento feminista, que via com desconfiança a produção acadêmica. Por outro, da própria academia, “cujas concepções mais objetivistas do conhecimento sempre afirmaram o risco de que a identificação com o objeto nos transformasse em ‘pesquisadoras pela metade’, e que o papel do intelectual estaria reduzido a instrumentalizar transformações sociais e, quando muito, a organizar ou divulgar teorias nativas” (GREGORI, 1999, p. 228). Em se transpondo tal resistência, desvela-se o feminismo fortemente presente na Antropologia brasileira, como se pode perceber na larga tradição de estudos antropológicos sobre o tema da violência contra a mulher (como os de CORRÊA, 1983; GROSSI, 1988; GREGORI, 1993, entre outros).

Outro desafio está no risco de se reproduzir o mesmo, ou seja, como a categoria gênero é fortemente consolidada na tradição antropológica brasileira e, lembrando da distinção feita por Henrietta Moore (1988) de que nem todo gênero é feminista, mas todo feminismo usa gênero, há que se cuidar para não deslizar no uso do gênero como constructo simbólico, fenomênico e não levar adiante a profundidade da revolução epistemológica proposta pelos desenvolvimentos recentes da Antropologia feminista ao tomar gênero e poder como intrínsecos à constituição do social. Menciono ainda como um dos maiores desafios para a estabilização do campo da Antropologia feminista no Brasil o próprio sentido do que é comumente entendido por feminismo. Aqui, a tarefa está em se trabalhar para uma resignificação e alargamento do substantivo feminismo e do adjetivo feminista, que se prende muito fortemente ao desafio indicado por Ono, acima citado: superar a ideia de o feminismo ter como objeto as mulheres.

Dentre as suas seis propostas para o milênio, Calvino sugere a leveza como um valor a seguir na escrita literária. O escritor, entretanto, empresta à leveza uma interpretação muito peculiar, associando-a com uma mudança de perspectiva, de novas possibilidades criativas de se obter conhecimento. Para a Antropologia, a mudança de perspectiva já é parte inerente do seu projeto epistemológico. No entanto, não custa relembrar que além dessa mudança de perspectiva, há inúmeras outras, dentre as quais eu saliento a adoção de um ponto de vista antropológico feminista.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.

ATKINSON, Jane Monning. Anthropology: review essay. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, 8(2), 1982, pp. 236-258.

BEHAR, Ruth. Women writing culture: Another telling of the story of American anthropology. *Critique of Anthropology*, Michigan, 13(4), 1993, pp. 307-325.

BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia feminista: O que é esta antropologia adjetivada? In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya. (orgs). *Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas*.

Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007a. Disponível em: [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)

\_\_\_\_\_. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem*: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*: lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Sônia e Vianna, Adriana. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: Trajetos, ganhos, perdas, limites ... pontos cegos. In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya. (orgs). *Entre pesquisar e militar*: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007. Disponível em [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)

CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CORRÊA, Mariza. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na Antropologia. In: *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 185- 207.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996 [1979], pp. 179-191.

GEERTZ, Clifford. *Saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GREGORI, Maria Filomena. Estudos de gênero no Brasil. (Comentário crítico). In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*: Sociologia. São Paulo: Editora Sumaré/Capes/Anpocs, 1999, pp. 223-235.

\_\_\_\_\_. *Cenas e queixas*: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam. *Discours sur les femmes battues*: représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul. Thèse. Université Paris V “René Descartes”, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995, pp. 7-41.

MOORE, Henrietta. Whatever happened to women and men? Gender and other crises in anthropology. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press, 2000 [1999], pp. 151-171.

\_\_\_\_\_. (ed). *The future of anthropological knowledge*. London and New York: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *A passion for difference: Essays in anthropology and gender*. Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Feminism and Anthropology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

ONO, Sarah. Feminims without women: Experimentation and expansion in feminist anthropology. In: ONO, Sarah & COMITO, Jacqueline. *Who's afraid of Margery Wolf: tributes and perspectives on anthropology, feminism and writing ethnography – An anthology by students of Margery Wolf*. University of Iowa. Working Paper # 277, January, 2003.

ORTNER, Sherry B. *Making gender: the politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press, 1996.

ORTNER, Sherry e WHITEHEAD, Harriet. *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PANAGAKOS, Anastasia. *Book review*. <http://sscl.berkeley.edu/~afaweb/reviews/index.html>. acesso em 08.04.04.

RAKOWSKI, Cathy. Women as political actors: The move from maternalism to citizenship rights and power. *Latin American Research Review*, Ohio, 38(2), 2003, pp. 180-194.

ROSALDO, Michelle. O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, n. 1, 1995, pp. 11-36.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 63-95.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem: entrevista por Eduardo Viveiros de Castro e Carlos Fausto. *Mana: estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, (5/02), 1999.

\_\_\_\_\_. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1990 [1988].

\_\_\_\_\_. An awkward relationship: The case of feminims and anthropology. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, 12 (2), 1987, pp.276-292.